

Intersecções entre mídia, escola e família para a socialização de crianças na contemporaneidade: um resgate da história da infância¹

Mayra Fernanda Ferreira ²
Faculdade Metropolitana - São Paulo (FAMEESP)

RESUMO

Enquanto sujeitos sociais, as crianças são cidadãos de direitos e deveres, convivendo em sociedade por meio de relações de socialização. Entre os agentes que atuam junto à infância, têm-se a família, a escola e a mídia, cada qual com sua particularidade e campos de atuação que chegam a se imbricar no desenvolvimento social desses atores em formação. A partir da conceituação preconizada por Belloni, este trabalho apresenta, por meio de uma revisão de literatura, um recorte temporal sobre a construção histórica do ser criança e como a socialização tem moldado as relações desde então, constituindo as infâncias contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: infância; socialização; história; ambiente educativo; mídia.

Resgate histórico da criança em sociedade

A criança não é um ser acabado mas um organismo em desenvolvimento e conseqüentemente o seu comportamento se forma não só sobre a influência excepcional da interferência sistemática dos meios, mas ainda em função de certos ciclos ou períodos de desenvolvimento do próprio organismo infantil, que determinam, por sua vez, a relação com o meio. (Vigotski, 2004, p. 289).

Ao considerar o desenvolvimento infantil, Vigotski (2004) aponta a relação com os meios sociais nos quais as crianças estão inseridas, debatendo como eles podem interferir positivamente ou não diante das características infantis em desenvolvimento. Nesse sentido, é cabível pontuar e indagar quais são esses meios e quais as responsabilidades e/ou obrigações frente aos sujeitos sociais em desenvolvimento.

Enquanto uma fase da vida do ser humano, a infância nem sempre foi valorizada. Ariés (1981) e Postman (1999) apontam que a ideia de infância surge apenas com a Renascença, sendo o infanticídio um fato tolerado ainda no século XVII. No contexto de uma infância sem vez e voz, como sinaliza a etimologia do termo (do latim *infantia*, aquele que não fala), o marco é a educação como forma de distinguir os adultos da fase inicial da vida na qual os processos de desenvolvimento vão além das situações biológicas, tendo o corpo como

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Educação, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Professora do Curso de Jornalismo da Faculdade Metropolitana. Doutora em Comunicação pela Unesp. Jornalista e Coordenadora de Conteúdo Institucional da Fundunesp/TV Unesp/Gabinete da Reitoria da Unesp, email: mayrajornal@gmail.com

artefato central de mudanças, e correspondem a aspectos sociais, ou seja, à posição ocupada na sociedade.

Somente no século XV, começa-se a agregar noções a partir de uma diferenciação, provocada pela necessidade de uma competência de leitura e do senso artístico, entre os adultos e as crianças. O processo de escolarização para se ter acesso ao mundo informacional, que se iniciou com a tipografia, foi também mola propulsora da infância, tornando-a uma necessidade, como nos diz Postman (1999), uma vez que, ao ingressar na vida escolar, se preparava para conquistar o mundo letrado, até então pertencente aos adultos. Assim, a infância se desenvolvia conforme a perspectiva educacional avançava na Idade Moderna.

*A infância tornou-se uma descrição de um nível de realização simbólica. O primeiro estágio da infância terminava no ponto em que o domínio da fala era alcançado. O segundo começava com a tarefa de aprender a ler. Na verdade a palavra *child* era muito usada para designar adultos que não sabiam ler, adultos que eram considerados intelectuais infantis. No século dezessete todos admitiam, como Plumb³ nos relata que “os processos de uma educação letrada deviam evoluir com o desenvolvimento da criança; a leitura devia começar aos quatro ou cinco anos, seguindo-se a escrita, e depois, gradualmente, deviam ser acrescentados assuntos mais sofisticados.... A educação [ficou] quase inflexivelmente ligada à idade cronológica das crianças. (Postman, 1999, p. 56, grifos do autor).*

Paralelamente ao campo educacional para o desenvolvimento das crianças, a relação em família e na sociedade é o que marca o sentimento que passa a se nutrir por elas. Ariés (1981) pontua uma outra perspectiva que se alterou com a noção de infância: a dos jogos e brincadeiras. O autor destaca o uso moral e educativo dos jogos para auxiliar no comportamento infantil, classificando como bons o que poderia ser ofertado às crianças e, assim, contribuir para o desenvolvimento e sua chegada à vida adulta na qual se depararia com novas situações de vida. “A passagem da infância para a vida adulta passa a ser entendida como uma fase que inspira cuidados, que deve ser alongada no intuito de que os indivíduos aportados nela sejam capacitados a enfrentar os conflitos da vida e preparados para responder às exigências sociais.” (Tomaz, 2011, p. 32).

Esse breve retrospecto da história da infância nos indica um olhar de fora sobre o que é ser criança e como categorizar tal sujeito social em comparação ou a partir de uma cadeia de relações com outros sujeitos. É na narrativa relacional entre as crianças e esses sujeitos, tidos

³ O autor a quem Postman (1999) se refere é John Harold Plumb, fazendo menção ao texto publicado na revista *Horizon*, “The Great Change in Children”, publicado em 1971.

por Belloni (2009) como agentes de socialização da infância, a que nos debruçamos neste trabalho.

As crianças em socialização

A infância, como situa Belloni (2009), é uma categoria social, carregada de representações a fim de compreender um fenômeno social, que se articula ao ser criança. Para além da história da infância que se apresenta na sociedade contemporânea, é necessário se atentar à articulação com o futuro e às reconfigurações que perpassam a infância em meio às mídias como agentes de socialização⁴ das crianças, como a família e a escola que são entidades socializadoras desde os primórdios do que se entende sobre essa fase da vida humana. Giddens (2002) elucida o ser criança como um “ser sendo” na medida em que ela é chamada à existência por aqueles que se responsabilizam por seu cuidado e educação: “inclui orientações em relação a aspectos do mundo dos objetos que carregam resíduos simbólicos para a vida posterior do indivíduo” (Giddens, 2002, p. 42). Tomaz (2016) pontua que a criança está sendo, agindo no mundo, permeada pela cultura, construindo-a e sendo construída por ela.

Nesse processo de construção cultural da infância, a socialização deve ser entendida como as oportunidades de interações das crianças com seu meio ambiente, “constantemente atualizadas e de caráter tentativo, aproximativo, provisório” (Belloni, 2009, p. 51). Por isso, o papel dos agentes socializadores, enquanto norteadores para a descoberta de um “mundo”, não é o único e definitivo, uma vez que elas participam ativamente das socializações e das descobertas, tendo o meio ambiente como campo para suas ações e representações.

Ao mesmo tempo em que constrói sua individualidade, sua subjetividade e suas representações acerca da realidade, a criança participa de uma série de experiências sociais as quais deve gerenciar, junto aos seus pares, às instituições sociais e entre as gerações que as cercam [...]. As crianças são atores sociais plenos, pois são ao mesmo tempo produtores e produtos dos processos sociais. (Alcântara, 2017, p. 154).

⁴ “A socialização é um conjunto de processos pelos quais o indivíduo é *construído* (segundo a visão da sociedade que se tem, pode-se dizer: formado, modelado, condicionado ou fabricado) pela sociedade global e local, processos durante os quais o indivíduo adquire (incorpora, integra, interioriza, apropria-se de) modos de pensar, fazer e de ser socialmente situados. Trata-se de processos fundamentalmente ativos que se desenrolam durante toda a vida [...] e exige a participação ativa da criança, sendo resultado da interação da criança com seu universo de socialização.” (Belloni, 2009, p. 69).

Reconhecer essa atividade inerente à criança é central para falar de e com elas. “A criança é a pessoa, o cidadão com direitos, e deve ser considerada um ator social, sujeito de seu processo de socialização, um consumidor com poder, um indivíduo emancipado em formação, isto é, que está aprendendo a exercer seus direitos” (Belloni, 2009, p. VIII). Castro (2016) postula a criança como um ator social de pleno direito, tendo a possibilidade de se expressar sobre o que lhe afeta e, assim, ampliar as chances de que as decisões tomadas estejam mais adequadas ao universo da infância.

Em termos de legislação, a criança é nomeada como sujeito de direitos a quem cabe total proteção para assegurar seu bem-estar. A Declaração dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU, 1959) enuncia que “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento”. Esse caráter meramente protetivo aos indivíduos de até 18 anos de idade se referia ao que deve ser feito para as crianças, no entanto não elucida a atuação infantil no espaço público como ator social, porta-voz de seus próprios direitos. Tanto que, 30 anos mais tarde, esse espaço foi garantido com a Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) que proclama, no Artigo 12, “Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.”

Ponderações sobre as crianças contemporâneas

Belloni (2009, p. 72) traz uma caracterização da infância na sociedade contemporânea: “subordinação aos adultos, a exclusão do mundo do trabalho, do sexo e da política, e a crescente importância como atores no mercado de consumo”. A autora ainda acrescenta:

As crianças passaram no século XX, de seres sob tutela a cidadãos com direitos; de adultos inacabados, em formação, dependentes e sem voz, a cidadãos plenos e consumidores reais e potenciais com significativo peso de mercado e uma centralidade sem precedentes na família, na escola e na sociedade em geral. (Belloni, 2009, p. 126).

Essa centralidade da criança se alia ao discurso de sua autonomização. Segundo a autora, tal processo só é possível porque na ideologia liberal e neoliberal cria-se um espaço

para que os indivíduos possam se manifestar, ter iniciativa, desenvolver suas potencialidades antes limitadas pela burocratização do Estado. No entanto, esse discurso desconsidera as condições históricas e sociais, como as que demonstramos até aqui. “A infância é uma função do que uma cultura necessita comunicar e o meio do que dispõe para fazê-lo. Embora a economia, a política, a ideologia, a religião e outros fatores influam no curso da infância [...] não podem criá-la ou eliminá-la” (Postman, 1999, p. 136).

Na defesa, portanto, de uma autonomia infantil, não pelo viés político e/ou econômico de uma sociedade global, compartilhamos a perspectiva de Belloni (2009) de ter as crianças como centro no processo de sua própria socialização. No contexto de seu relacionamento com as mídias fica nítida essa perspectiva, uma vez que os meios de comunicação se tornam agentes de cultura, informação e cidadania para repercutir sobre as crianças, ao mesmo tempo em que são espaços significativos para as expressividades infantis. Alcântara (2017) aponta que a infância contemporânea se constrói no cenário de consumo tecnológico e midiático. É uma infância que chega como sujeito dos meios de comunicação e, a partir dessa relação mediatizada e mediada, as crianças, enquanto uma experiência em construção, como dizem os autores, têm um poder de ação próprio: “o menino ou a menina aparecem mais sujeito e mais ator” (Alzate-Piedrahíta; Gómez-Mendonza, 2014, p. 84, tradução nossa). E, conseqüentemente, destaca-se sua característica de sujeito de direitos.

Entre esses direitos está o de acesso à informação, conforme postula o artigo 17 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989):

Os Estados Partes reconhecem a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e asseguram o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental.

Em meio a essa potencialidade de acesso a informações, há nuances referentes aos riscos e a segurança das crianças quando há exposição das mesmas em tais mídias. No imbricamento entre as mídias, o acesso a elas e o modo como são apropriadas pelos sujeitos sociais infantis, reconhece-se a necessidade de certa interferência dos agentes escola e família para uma educação midiática. Tal temática, ao ser problematizada em trabalhos futuros, indica caminhos para a constituição de novas relações sociais entre as crianças e seus agentes de

socialização ao passo em que não se anulam a autonomia, a independência e a criticidade infantis.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Alessandra. O brincar em ambiente virtual: jogar, postar, conversar. In: ALCÂNTARA, Alessandra (Org.). **Comunicação e infância: processos em perspectiva**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017. p. 151- 173.
- ALZATE-PIEDRAHÍTA, María Victoria; GÓMEZ-MENDONZA, Miguel Ángel. La infancia contemporanea. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y juventude**, Bogotá, n. 12, p. 77-89, 2014.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância**. Campinas: Autores Associados, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- ONU. **Convenção dos Direitos da Criança**. UNICEF, 1989.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. UNICEF, 1959.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- TOMAZ, Renata Cristina de Oliveira. Infância e mídia: breve revisão de um campo em disputa. **Contracampo**, Niterói, v. 35, n. 03, p. 272-294, dez.2016/ mar. 2017.
- TOMAZ, Renata Cristina de Oliveira. **Da negação da infância à invenção dos tweens: imperativos de autonomia na sociedade contemporânea**. 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro
- VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Psicologia Pedagógica**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004.